



II JORNADAS de GÉNERO y DIVERSIDAD SEXUAL "AMPLIACIÓN DE DERECHOS: PROYECCIONES Y NUEVOS DESAFÍOS"



Título: Relato de experiência vivenciado em um projeto social na cidade de Natal/RN – Brasil: uma análise acerca do enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil e sua discussão sobre gênero

Autoras: Cristina Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, alinecristinas8@hotmail.com)
Carla Silva Cavalcanti (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, amandaacarlaa@gmail.com)
Paulino de Meireles (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, livia.sani@gmail.com)

Palabras clave: EXPLORAÇÃO SEXUAL - JOVENS - VIOLÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a partir da vivência do estágio curricular, no Projeto Social do Serviço Social da Indústria – SESI na cidade de Natal-Rio Grande do Norte. Nele estão contidas informações concernentes à experiência vivida durante o campo de Estágio, assim como uma discursão crítica acerca do fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil, e da discriminação de gênero tido como uns dos problemas sociais a que converge à exploração sexual.

Foi a partir do estágio curricular que tivemos a oportunidade de se aproximar desta temática e dar continuidade a vários estudos sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes. Por exploração sexual, entende-se a utilização de crianças e adolescentes, de forma imperativa ou não, para fins sexuais vislumbrando lucros de ordem financeira ou de qualquer outra natureza, através de transações comerciais, sob a presença obrigatória de um intermediário, onde ocorrem fora dos seus lares, tendo seus corpos como vitrine e mercadoria. Em geral ocorre de quatro formas: através de redes de prostituição, de pornografia, tráfico de crianças e adolescentes e turismo sexual. É uma forma gravíssima de violação dos direitos da criança e do adolescente, e de violência sexual.

A exploração sexual converge com outros problemas sociais, como pobreza, exclusão social, trabalho infantil, discriminação de gênero e violência, este último acontece

principalmente quando a violação é cometida por adultos, sendo perceptível relações de gênero favoráveis aos homens, onde o poder na família e na sociedade é basicamente mantido por ele e acaba utilizando-se desse poder sobre as mulheres e crianças para que os mesmo tenham necessidade de seu consentimento para tomar qualquer decisão.

Diante das manifestações de desigualdade de gênero que têm ligação direta com a exploração sexual, é perceptível a disseminação de representações estereotipadas da mulher como sendo objeto sexual, cujos corpos são tidos como mercadoria à disposição do homem, tendo em vista que são geralmente garotas que estão inseridas neste meio. Por isso, independentemente dessa ressalva, as mulheres são as que mais sofreram modificações e consequências negativas em sua vida familiar e social, carregando o estigma de inferioridade sexual, emocional e intelectual com relação aos homens, sendo naturalizada a função de procriadora, delicada e dedicada às funções internas do lar, estando sujeitas aos mais variados tipos de violência e subordinação.

Esse é um problema vivenciado pelas mulheres em todas as camadas da sociedade, estando diretamente relacionado aos papéis atribuídos a cada sexo, no qual as mulheres são tratadas como seres sempre inferiores aos homens. Esses papéis são estabelecidos social e historicamente pelas normas e valores que estão inseridas na dinâmica das relações sociais de gênero.

Destarte, para a consecução deste artigo foram realizados estudos bibliográficos, coletas de dados em fontes documentais, fundamentalmente embasados em bases teóricas, além do uso de observação participante no espaço onde se realiza o estágio curricular. No seu desenvolvimento irá compor textos com reflexões críticas dos eixos temáticos que serão discutidos.

A corrente epistemológica é o materialismo histórico-dialético por apresentar uma perspectiva de totalidade e procurar compreender a essência dos fenômenos, contando com a pesquisa quanti-qualitativa, por proporcionar uma melhor interpretação das particularidades dos sujeitos quanto dos dados não quantificáveis e usar da técnica da estatística, que gera um conhecimento válido e universal.

2. EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS: UM REFLEXO DA QUESTÃO SOCIAL E DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO.

Um dos maiores graus de desigualdades socioeconômicas do mundo, segundo os Relatórios sobre Desenvolvimento Humano no Brasil (IPEA: 1996-2003) direcionam-se para Crianças e adolescentes que vivem em situação de rua, sofrendo com maus tratos e expostos a diversas formas de trabalho infantil, além de não terem nenhuma perspectiva de futuro para suas vidas.

São sujeitos que buscam cotidianamente sua sobrevivência e que para isso entram no mundo do trabalho informal, sejam como guardadores de carros, “babás”, carregadores de feira. Dentre esses trabalhos, ressalta-se a exploração sexual comercial, classificada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT como uma das piores formas de exploração do trabalho infantil, de acordo com a Convenção (OIT: 182/1999).

De acordo com o Governo Federal, quinhentas mil (500.00) garotas com idade entre 5 e 14 anos trabalham como domésticas e essa é uma forma invisível de trabalho infantil que expõe as garotas ao risco de exploração sexual.

Habitam em condições de moradia insalubres, com convivência social e familiar marcada por conflitos que interferem na sua formação social e pessoal, onde muitas vezes abandonam seus lares e lançam-se às ruas, na tentativa de fuga dos problemas, e dessa forma, tornam-se suscetíveis as mais variadas formas de exploração infanto-juvenil.

Nesse sentido, são submetidos/as a torturas físicas, as mais variadas formas de violência, são vendidos “o chamado tráfico humano”, são comercializados “exploração sexual”, abusados sexualmente, dentre outros. E essas situações ocorrem tanto nas ruas, quanto nos seus lares e comunidades.

A exploração sexual é uma das piores formas de violação dos direitos humanos de nosso tempo. Essa estratégia moderna de escravidão envolve geralmente os mais vulneráveis da sociedade, pois a pobreza e a desigualdade aumentam os riscos de exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes. Calcula-se que cerca de 2 milhões de pessoas no mundo inteiro são mantidas em situação de servidão sexual. E, segundo a ONG Coalizão contra o Tráfico de Mulheres e Meninas na América Latina, o fenômeno já atinge 1 milhão de jovens no continente (DIÓGENES: 2010,23).

Todos esses problemas têm raiz histórica, estrutural e social, fincada na existência de uma questão social¹ que é fruto da sociedade capitalista, caracterizadas pelas relações de desigualdade entre as classes sociais que decorrem da produção coletiva e da apropriação privada, da exploração de uma classe sobre a outra, visto que para garantir o acúmulo do capital, a classe dominante tem, necessariamente, que explorar a força de trabalho. Esta relação contraditória dá origem à questão social, objeto de trabalho do Serviço Social. Como refere Yamamoto,

Na atualidade, a “questão social” diz respeito ao conjunto multifacetado das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. A “questão social” expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO: 2004 ,17).

Esta relação assume também particularidades e dimensões bem mais complexas, responsável pela produção e reprodução das desigualdades sociais, apresenta em seu meio uma determinação fundamental das relações de exploração sexual de adolescentes. Esta determinação consiste nas relações sociais de gênero, ou seja, relações desiguais que viabilizam a violência de gênero e ao mesmo tempo encontram nela sua legitimação, pois historicamente, as relações estabelecidas entre homens e mulheres foram permeadas pela desigualdade.

Diante disso é perceptível que, a sociedade alia-se junto a relações sociais perpassadas pelo autoritarismo, patriarcalismo, violências de gênero e etnia, além disso, tem em seu meio uma inversão de funções, surgindo como agressor e responsável por essa violência à pessoa que deveria estar protegendo, e cuidando, e não utilizando equivocadamente a violência aliada a uma relação adultocêntrica de dominação e poder como forma de educar.

Por outro lado, este tipo de violência se constitui por uma relação de dominação que se realiza por meio da força física, do poder econômico ou do status social. Nesse aspecto, a condição de uma criança ou jovem em situação de extremo risco social e pessoal se torna mais vulnerável ao abuso e à exploração sexual.

¹ A concepção de Yamamoto (2001, 27), vem ampliar este entendimento ao definir que “[...] questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado”.

Leal (1999, 11) vem nos mostrar que “apesar da exploração sexual ser um fenômeno inserido no âmbito da violência contra crianças e adolescentes, ela se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado.”

A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma relação de poder e de sexualidade, mercantilizada, que visa a obtenção de proveitos por adultos, que causa danos bio-psico-sociais aos explorados que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil. (LEAL: 1999, 11)

Presente em todos os lugares e classes sociais, as opressões e violências sofridas pelas mulheres estão diretamente ligados ao processo de regulamentação das normas sociais através da estrutura patriarcal, que afeta diretamente às relações de gênero, fazendo com que as desigualdades e opressões sejam naturalizadas pela sociedade que está inserida nesse conceito desde sempre. Ademais, para que possamos entender os fatores definidores das diferenças atribuídas a homens e mulheres, é importante compreendermos as diferenças referentes ao conceito de sexo e gênero.

Quando falamos em sexo estamos nos referindo aos “aspectos físicos, biológico de macho e fêmea, aquelas diferenças que estão nos nossos corpos e não mudam radicalmente” (CAMUÇA ; GOUVEIA ,2004), ou seja, são as diferenças físicas entre o corpo do homem e da mulher, caracterizadas pelos órgãos genitais, pela forma do corpo, entre outras questões. Diferentemente disso, o “gênero diz respeito as representação do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas” (SAFFIOTI, 2004, 116), fazendo uma composição das características atribuídas a cada sexo pela sociedade. Ou seja, quando a pessoa nasce, ela se configura como macho ou fêmea, e é a partir do processo de construção da identidade de gênero que inicia o processo de desenvolvimento do homem e/ou da mulher.

Por gênero entende-se “a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2004, 45), que ocorre no processo histórico. Tem relação direta e primeira com as diferenças de sexo e por isso, embora seja uma categoria ontológica, está inscrita na natureza. Como refere à autora,

há [...] um vínculo orgânico entre gênero e sexo, ou seja, o vínculo orgânico que torna as três esferas ontológicas uma só unidade, ainda que cada uma delas não possa ser reduzida à outra. Obviamente, o gênero não se reduz ao sexo, da mesma forma como é impensável o sexo como fenômeno puramente biológico (SAFFIOTI: 2004, 135).

Nesse sentido, compreender o gênero enquanto uma construção social é de fundamental importância para perceber e analisar as diferenças existentes entre ser mulher e ser homem na vida em sociedade, visto que a identidade e os papéis assumidos por ambos não são determinados no nascimento. Como refere Chanter (2011, 53) “o gênero [...] é a maneira como organizamos o sexo”. Tendo em vista a construção histórico-cultural do conceito gênero, destaca-se que este,

[...] refere-se às regras colocadas pela sociedade para mediar, impor e reprimir determinados comportamentos considerados nas relações postas entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens. Tais regras expressam as relações desiguais de poder estabelecidas entre homens e mulheres. E, visto que são relações construídas socialmente, são tidas como verdades, as quais se legitimam, se naturalizam e quase não são questionadas (AMARAL; FERREIRA; PEREIRA: 2013, 3).

Desta forma, pode-se entender que sexo e gênero são conceitos distintos e ao mesmo tempo interligados, desenvolvendo diferenças e características a cada ser, tendo como referência as normas socioculturais que são fortemente influenciadas pelo patriarcado. Todo esse processo está inserido na estruturação das relações de gênero, entendidas como uma criação social que atribui características pessoais a cada indivíduo, sendo pontuadas a partir de conceitos bem específicos do que é ser homem ou mulher, desenvolvendo relações desiguais de acordo com o sexo de cada um que, segundo Queiroz (2008): são desenvolvidas a partir de uma construção sociocultural que privilegia o masculino em detrimento do feminino, gerando uma realidade de subordinação da mulher em relação ao homem.

As diversas discursões de gênero traz como princípio um caráter relacional de poder, considerando que não existe apenas uma mulher ou um homem, mais sim diferentes construções de papéis sexuais que consideram de uma lado os homens como machão, viril, poderoso, dominador. A mulher com inúmeras definições tais como o ser capaz de conceber e parir outros seres humanos, dotada de sentimentos femininos - carinho, compreensão,

dedicação ao lar e à família, intuição; frágil, independente, fútil, amante, companheira, dona de casa, das piadas, sedutora, da zona, do amor, da perdição, do objeto sexual.

Dentro deste contexto é notório a questão da sexualidade, na medida em que estimula os meninos a iniciarem a vida sexual precocemente e em contrapartida limitam o desenvolvimento da sexualidade feminina, baseado em um pensamento de que essas devem guardar seus corpos, serem recatadas, devendo iniciar sua vida sexual apenas em função da procriação e para cumprir com as “obrigações de esposa” para com seu marido; ou seja, ela é apenas vista como objeto sexual masculino, condicionada a obrigação da procriação, tendo em primeiro lugar sempre a satisfação dos desejos masculinos.

Além disso, está impregnado na nossa sociedade a ideia de que a mulher como agrado, nasce com a função de fazer companhia ao homem, concepção bíblica constituída desse a criação da humanidade. Dessa forma, o conceito de gênero encontra-se imbricado nos conceitos de identidade sexual, de papel sexual e no de relações entre os sexos. Dessa forma para Saffioti (1987):

a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem. (SAFFIOTI: 1987, 08)

Com base no exposto, é possível notar que com a preocupação em proteger as propriedades, garantindo-lhe a linha de herança, a mulher foi afastada da participação na produção social, restando-lhe o trabalho doméstico e o cuidado para com os filhos. Consequentemente, o homem passou a ser o principal responsável pelo sustento da família sendo lhe atribuído um poder e uma posição de dominador. Como refere (Saffioti: 2004, 44) em relação ao patriarcado, este “é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”.

A cultura machista, autoritária, sexista e patriarcal ainda vigente na sociedade cria desigualdade nas relações de gênero e promove uma imagem das mulheres como mero objeto sexual, sujeitas a serem compradas ou usadas. A afirmação e repercussão desse ideário acaba por reforçar como natural a oferta do corpo feminino para realização dos desejos masculino, tanto de adultas quanto de adolescentes e crianças.

A “pureza” sexual feminina é mitificada, enquanto que o apetite sexual masculino é estimulado. A partir do momento em que esta ideia se cristaliza na cultura de um país, formam-se condições favoráveis para o surgimento, ampliação e manutenção de todo e qualquer tipo de violência e exploração de mulheres, sejam crianças, adolescentes ou adultas. Como menciona Saffioti (1987):

para o poderoso macho importa, em primeiro lugar, seu próprio desejo. Comporta-se, pois, como sujeito desejante em busca de sua presa. Esta é o objeto de seu desejo. Para o macho não importa que a mulher objeto de seu desejo não seja sujeito desejante. Basta que ela consista em ser usada enquanto objeto (SAFFIOTI: 1987, 18).

Assim, as distintas formas de manifestação da violência perpassam todas as classes sociais requerendo uma abordagem histórica da questão, oriunda de toda uma estrutura desigual da sociedade brasileira, pautada não só pela dominação de classes, como também pela imperante dominação de gênero e raça e, ainda, nas relações de autoritarismo, estabelecidas entre adulto/criança.

A exploração sexual contra crianças e adolescentes esta intimamente ligada ao fenômeno da violência que por sua vez é materializada contra pessoas em desvantagens física, emocional e social, produto das relações construídas de forma desigual e que historicamente vem sendo denunciada no ambiente doméstico/ familiar contra mulheres, crianças e adolescentes em que pesquisas têm confirmado que a incidência é maior entre as meninas e as mulheres – daí a questão de gênero ser compreendida como um conceito estratégico na análise desse fenômeno.

Nesse sentido, quando a violência de homens contra mulheres, sejam elas crianças, adolescentes ou adultas é compreendida sob a perspectiva de gênero, está se considerando a violência não na sua imediaticidade, mas a partir das diversas mediações históricas que atribuíram ao homem o poder de dominação e exploração e à mulher a subordinação e opressão.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse panorama de informações concernentes ao campo de estágio, algumas considerações se fazem necessárias. A violência sexual consiste em uma das piores formas de violação de direitos. O abuso e a exploração sexual revitimiza essas crianças, adolescentes e

jovens que já estão em situação desigual devido à negação diária de direitos, caracterizada pela falta de acesso às políticas sociais (saúde, educação e moradia).

Outro fator relevante a ser observado é a questão de gênero. Um elevado índice de adolescentes e mães sofreu/sofrem alguma forma de agressão física ou moral. Podemos inferir que ainda é muito presente a discriminação contra a mulher, principalmente quando destacamos que os integrantes do Projeto em sua maioria são mulheres. Outro ponto que merece destaque é a mulher como responsável pelo sustento da família, o pai não reconhece o filho e a mãe se vê abandonada. Este fato é muito comum entre as jovens, elas afirmam que para sustentar a família foi necessário submeter-se à exploração sexual.

Analisar como se constituem as relações de gênero na sociedade foi de fundamental importância para compreendermos uma das razões da violência de gênero, ou seja, da violência cometida contra as mulheres, sejam elas crianças, adolescentes ou mulheres adultas. Estas relações também são permeadas pelas desigualdades, visto que historicamente atribuiu-se ao homem o domínio e o poder de determinar a conduta dos demais, restando à mulher a subordinação e opressão.

Desigualdade de gênero, comportamento machista, valores patriarcais, relações desiguais de poder são características que historicamente marcaram e ainda marcam a família e as relações sociais da sociedade como um todo. Estas características adquirem extrema relevância não só na análise da exploração sexual contra crianças e adolescentes, como de outras formas de violência.

Dessa forma, diante da complexidade desta problemática, faz-se necessário reconhecer e aplicar as medidas propostas nas leis e planos para que haja a efetivação real dos direitos das nossas crianças, adolescentes e jovens. É preciso que haja forte mobilização da sociedade e Estado no enfrentamento da exploração sexual. A sexualidade deve ser apresentada de maneira saudável e respeitando a fase e o tempo de cada jovem. Isso ocasionará uma possível solução para tanta violação de direitos dos nossos jovens. Sendo necessária a criação e ampliação de políticas públicas para esse público tão fragilizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS :

Amaral, Suelí Gião Pacheco do; Ferreira, Isabel Bernardes; Pereira, Mayra Cardoso (2013). *Prostituição: opção ou determinação social?* Biblioteca da PUC-SP, Campus Monte Alegre.

Cacho, Liliane de Souza Ribeiro (2006). *A violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade do natal: direito garantidos ou negados?* Natal/RN.

Camurça, Silva; Gouveia, Taciana (2004). *SOS Corpo* – Instituto Feminista para a Democracia. 4ed. Recife.

Chanter, Tina (2011). *Gênero: conceitos-chave em filosofia*. Tradução: Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed.

Diógenes, Glória (2010). *Vira vida: uma virada na vida de meninos e meninas do brasil. serviço social da indústria – sesi*, Brasília/DF.

Iamamoto, Marilda Villela (2004). *As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo*. In: *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. San José, Costa Rica: ALAETS/Espacio Ed./Escuela de Trabajo Social.

Leal, M.L. P (1999). *A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe: relatório final*. Brasília: Cecria.

Pedersen, Jaina Raqueli (2014). *O corpo como mercadoria: exploração sexual de adolescentes e vulnerabilidade social das famílias*. - Porto Alegre, RS.

Pimenta, Maria Clara Pinheiro (2012). *Os Condicionantes que levam os adolescentes e jovens do Projeto ViraVida à exploração sexual*. – Natal, RN.

Queiroz, Fernanda Marques de (2008). *Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violência contra a mulher*. Mossoró, RN: UERN.

Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

_____, Heleieth I. B (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.

Waiselfisz, Julio Jacobo (2004). *Relatório de desenvolvimento juvenil 2003* – Brasília: UNESCO.